

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	4
5.5 - Alterações significativas	6
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	15
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	17
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	19
10.5 - Políticas contábeis críticas	21
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	22
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	23
10.8 - Plano de Negócios	24
10.9 - Outros fatores com influência relevante	26

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- a) **se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política**

Considerando a sua característica de holding, a Companhia não adota uma política formal de gerenciamento de riscos.

- b) **os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

Não se aplica.

- c) **a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política**

Considerando a sua característica de holding, a Companhia não adota uma política formal de gerenciamento de riscos de mercado.

- b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

Não se aplica.

- c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Considerando a sua característica de holding, a Companhia não adota uma política formal de prática de controles internos.

- b) as estruturas organizacionais envolvidas**

Não se aplica.

- c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Não se aplica.

- d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

O auditor independente não apontou deficiências ou recomendações.

- e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

O auditor independente não apontou medidas corretivas a serem adotadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Considerando a sua característica de holding e o fato de não possuir funcionários, a Companhia não adota regras formais voltadas às práticas em questão.

- ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Não se aplica.

- iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
- ☐ *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;*
 - ☐ *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;*
 - ☐ *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;*
 - ☐ *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.*

Não se aplica.

b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- ☐ *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros ;*
- ☐ *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;*
- ☐ *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;*
- ☐ *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias.*

Considerando a sua característica de holding e o fato de não possuir funcionários, a Companhia não adota canal de denúncia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- c) se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia não possui procedimento formal para processos de fusão, aquisição e de reestruturações societárias.

- d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido**

A Companhia não adota regras formais voltadas às práticas em questão dado a sua característica de holding e o fato de não possuir funcionários.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como em suas práticas de gerenciamento dos mesmos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

A Companhia julga não haver outras informações relevantes acerca de gerenciamento de riscos e controles internos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os comentários a seguir referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, dos exercícios findos em 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016. Valores expressos em milhares de reais, salvo se indicado de outra forma.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visando proteger o valor dos ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, à manutenção da atividade econômica e do seu valor de mercado, a controladora GPC Participações, em conjunto com suas controladas GPC Química e Apolo Tubos (“Recuperandas”), ingressou, em abril de 2013, com pedido de recuperação judicial, deferido em 27 de maio de 2013.

Em julho de 2013 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), que abrange a estratégia a ser tomada pela Companhia, demonstrando, dentre outros aspectos, a viabilidade econômica do referido Plano, discriminando os meios de recuperação a serem utilizados. A Recuperação envolverá a alienação de parte dos ativos, revertendo-se o valor apurado com a venda do terreno de Benfica da GPC Química para liquidação de todas as dívidas concursais das Recuperandas e de outros ativos cujos recursos serão revertidos para recomposição do fluxo de caixa das empresas, reforçando seu capital de giro e viabilizando novos investimentos.

Em 11 de dezembro de 2013, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro declarou aprovado e homologou o PRJ e seu aditivo, apresentados de forma consolidada pela Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. nos autos do respectivo processo judicial (processo nº 0116330-24.2013.8.19.0001, em trâmite no referido Juízo), e concedeu a Recuperação Judicial das Recuperandas, publicada em 07 de janeiro de 2014.

Em 05 de agosto de 2015 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores (“AGC”), a prorrogação por 6 (seis) meses do prazo originalmente previsto no PRJ, para a alienação da “UPI Terreno Benfica”.

Em 14 de julho de 2016 foi aprovado, em Assembleia Geral de Credores, a suspensão da AGC pelo prazo de 60 dias para que fossem negociadas e apresentadas alternativas de liquidez para a alienação da UPI Terreno de Benfica, as quais deverão ser informadas aos credores no prazo de 30 dias.

Em AGC realizada em 19 de outubro de 2016, foi aprovado pela maioria dos credores o aditivo ao PRJ.

Em 18 de novembro de 2016, a Administração informou ao mercado e aos seus acionistas por meio de Fato Relevante, a homologação do Aditamento ao PRJ pelo Juízo da 7ª Vara empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

As principais deliberações dos credores para a liquidação da dívidas concursais foram:

Classe I – Pagamento em 12 parcelas mensais fixas, até o limite de 150 salários mínimos.

Classe II – 2 opções de pagamento, sendo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Opção A – Pagamento de 40% do crédito listado em 36 parcelas mensais acrescidas de juros calculados no valor de 100% do CDI.

Opção B – Pagamento da integralidade do valor listado em 120 parcelas mensais, corrigidas pelas variações da TR acrescida de juros de 1% a.a.

Credor Garantidor – Para o Credor Garantidor será paga parcela inicial de 30% do crédito listado em 36 parcelas mensais corrigidas pela variação cambial. No caso de venda do terreno de Benfica, o valor apurado será revertido para pagamento do saldo do crédito do Credor Garantidor e, após a quitação, o saldo da venda será revertido para o caixa da Companhia. No caso de não se obter sucesso na venda nos primeiros 36 meses, o Credor Garantidor poderá demandar que as Recuperandas efetuem o pagamento do saldo remanescente do crédito em 36 parcelas mensais.

Classe III – 3 opções de pagamento, sendo:

Opção A – Conversão da dívida em ações preferenciais a serem emitidas pela GPC Participações S.A.

Opção B – Pagamento do Crédito listado em 360 parcelas mensais corrigidas pelo INPC.

Opção C – Pagamento de 50% do crédito listado em 120 parcelas mensais corrigidas pela TR e juros de 1,5% a.a. (somente para instituições financeiras).

Foi aprovado também o prazo de 10 meses para o encerramento da Recuperação Judicial a partir da data da homologação.

É oportuno destacar que a Companhia adotou uma política de redução de custos por meio da simplificação e junção das estruturas administrativas das suas principais controladas, além de ter readequado suas operações, realizando expansões no setor de maior demanda (resinas para indústria de madeira) e reduzindo sua estrutura no setor onde houve retração significativa da demanda em razão do cenário econômico adverso (setor de aço).

No ano de 2018, a Companhia e suas controladas deram seguimento às medidas necessárias ao cumprimento do aditivo do Plano de Recuperação Judicial, permitindo a conclusão do processo de Recuperação Judicial, que aguarda decisão do juízo.

Conforme indicadores abaixo, a Companhia vem demonstrando solidez na recuperação de seu desempenho econômico e financeiro. Ao longo dos três últimos anos obteve-se melhora da geração de caixa operacional (EBITDA Ajustado), da capacidade de pagamento do endividamento (Dívida Bancária líquida / EBITDA) e da liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Indicadores	2018	2017	2016
Liquidez Corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante)	1,38 x	1,29 x	1,27 x
EBITDA Ajustado	70.828	34.879	45.379
Dívida Bancária Líquida	165.703	112.744	174.466
Dívida Bancária líquida / EBITDA	2,34	3,23	3,84

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Companhia atua em constante exercício de otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de minimizar seus custos financeiros e maximizar o retorno dos acionistas.

Dessa forma, para cumprimento do aditivo ao PRJ aprovado em outubro de 2016, a Companhia realizou em 15 de fevereiro de 2017 uma Assembleia Geral Extraordinária na qual foi aprovada, por unanimidade, a proposta de aumento do capital social da Companhia em R\$ 55.432.415,22 com a emissão de 384.787 ações preferenciais, pelo preço de R\$ 144,06 por ação.

O valor do aumento de capital refere-se aos créditos que os credores da Classe III detêm contra a Companhia e suas controladas, GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A., e que optaram pela conversão de seu crédito em ações preferenciais da Companhia.

Conforme indicadores abaixo, a estrutura de capital da Companhia apresentou sensível melhora de 2016 para 2018, tendo a razão entre Empréstimos e Financiamentos e Patrimônio Líquido da Companhia sido mantida em coeficiente inferior a 1 nos últimos dois anos.

Indicadores	2018	2017	2016
Patrimônio Líquido	187.069	131.801	176.092
Empréstimos e Financiamentos	187.645	182.770	19.319
<i>Empréstimos e Financiamentos / Patrimônio Líquido</i>	<i>0,997</i>	<i>0,721</i>	<i>9,115</i>

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos

O aditamento ao PRJ estabeleceu uma solução mista para o pagamento dos credores, aliando o alongamento do prazo de alguns credores e a conversão de dívida em ações para outros. Os recursos provenientes da venda do terreno de Benfica serão utilizados para pagamento do saldo do Credor Garantidor.

Além disso, várias outras ações foram implementadas para garantir uma estrutura econômico-financeira equilibrada como: (i) unificação das estruturas administrativas das controladas para promover a redução de custos e aumento da sinergia entre as empresas da Companhia; (ii) adesão a parcelamentos especiais de impostos do Governo Federal (Refis da Crise, Refis da Copa, PRT, PERT), alongando o pagamento de débitos tributários em até 180 meses, com substanciais reduções de multas, juros e encargos legais, inclusive com a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais acumulados para quitação, o que gerou expressiva economia fiscal.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para o ano de 2019, dada a expectativa de retomada da atividade econômica no Brasil, a Administração da Companhia tem confiança na continuidade e consolidação de seu programa de reestruturação e manutenção na trajetória de resultados positivos.

Indicadores	2018	2017	2016
Ativo Circulante + Ativo Não Circulante (a) *	395.852	521.642	453.887
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante (b)	666.204	615.876	713.724
<i>Índice de Liquidez Geral (a / b)</i>	<i>0,59</i>	<i>0,85</i>	<i>0,64</i>

* Desconsiderando-se a reclassificação do ativo destinado à venda (terreno de Benfica), o Índice de Liquidez Geral atinge 0,86, ligeiramente superior a 2017.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. efetuam operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão das vendas dos produtos produzidos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia acredita que, ao sair do status de empresa em recuperação judicial, poderá melhorar consideravelmente sua situação de crédito, seja diante de instituições financeiras, seja com fornecedores.

Além disso, como demonstrado, a situação operacional consolidada melhorou, gerando recursos próprios para financiamento do capital de giro.

Outros recursos também são vislumbrados pela Companhia como venda de ativos e precatórios.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Contratos de empréstimos e financiamentos

Empréstimos em Moeda Nacional (Concursais e Extraconcursais)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 das demonstrações financeiras de 2016, 2017 e 2018, em outubro de 2016 foi aprovado o aditivo ao PRJ. O pagamento aos credores seguirá conforme as alternativas previstas e com as opções escolhidas pelos credores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro dos exercícios citados, o saldo consolidado em moeda nacional por categoria estava composto conforme a tabela a seguir.

Em moeda Nacional (Concursais)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Classe II - Opção A	6.904	13.438	18.508
Classe II - Opção B	30.500	30.579	33.496
Classe III - Opção A	-	-	27.269
Classe III - Opção B	33.469	33.460	33.888
Classe III - Opção C	1.997	2.217	2.416
Apoiadores	1.087	5.002	9.097
Total	73.957	84.696	124.674
Em moeda Nacional (Extraconcursais)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Total	48.489	18.749	21.563
Antecipação de Recebíveis	33.706	-	-
Em moeda Nacional - Total	156.152	103.445	146.236

Conforme exposto através do quadro acima, a redução do endividamento concursal nos últimos anos decorreu do reconhecimento contábil das diretrizes aprovadas no Plano de Recuperação Judicial e das amortizações.

Empréstimos em Moeda Estrangeira

Em 31 de dezembro dos exercícios citados, o saldo em moeda estrangeira consolidado por instituição financeira estava composto como a seguir:

International Finance Corporation (“IFC”)

A Companhia contratou em agosto de 2001 empréstimo com o IFC no valor de US\$ 9.2 milhões. Para a operação, parte dos acionistas controladores da Companhia e a GPC Química S.A. são garantidores como devedores solidários, tendo ainda como garantia, o terreno da unidade da GPC Química S.A., localizada em Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

Conforme Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, o Credor Garantidor, terá o pagamento conforme descrito na nota 1 – Recuperação Judicial das demonstrações financeiras de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do financiamento com o IFC estava composto como segue:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**GPC Participações**

Saldo em 31/12/2017	28.356
Pagamentos	(2.166)
Variação Cambial	4.727
Saldo em 31/12/2018	30.917

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Com a saída da Companhia da recuperação judicial, acredita-se que tanto o custo de novos financiamentos, quanto os limites oferecidos, poderão apresentar sensível melhora.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação das principais contas das demonstrações financeiras

Principais Variações do Ativo:**1. Partes relacionadas**

Em fevereiro de 2018, a Companhia compensou R\$ 18.997 mil do saldo do mútuo a receber com a GPC Química, relacionado ao pagamento de dívida da controlada na Recuperação Judicial com a conversão de ações da Companhia, com a amortização de parte do saldo do mútuo a pagar com a mesma.

2. Bens destinados à venda

O Plano de Recuperação Judicial, aprovado em dezembro de 2013 previa que o resultado da venda do terreno de propriedade da controlada GPC Química, localizado na Av. Brasil, 3.666, Bairro Benfica, Rio de Janeiro – RJ, registrado no montante de R\$205.860 mil, apresentado como bens destinados a venda no Ativo circulante, fosse destinado ao pagamento dos credores. O aditivo ao Plano, aprovado em outubro de 2016, estabeleceu um fluxo de pagamento aos credores. Em função disso, o valor do terreno foi reclassificado para o Ativo não circulante. No caso de ocorrer a venda, o valor será revertido para pagamento do saldo do credor garantidor.

Em dezembro de 2018, foram transferidos para o grupo Investimento – Propriedade para investimentos, o lote 2 e parte dos lotes 1 e 3 no montante de R\$ 179.617 mil, que ainda não possuem nenhum compromisso firmado de venda. O valor remanescente ao Ativo circulante refere-se a parte dos terrenos que já possui compromisso de venda firmado.

Em janeiro de 2019, foi realizada pela empresa *Cushman&Wakefield* nova avaliação do terreno, cujo valor está em linha com o montante registrado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**3. Estoques**

Aumento da conta de Estoque decorrente do incremento da atividade operacional.

Principais Variações do Passivo:**1. Empréstimos e financiamentos**

Aumento decorrente do reconhecimento como passivo da cessão de recebíveis.

2. Fornecedores

Aumento da conta de Fornecedores decorrente do incremento da atividade operacional.

3. Capital

Em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a redução do capital social da Companhia, no montante de R\$ 141.898, sem o cancelamento de ações, passando o capital de R\$ 223.948 para R\$ 82.050, com a absorção de prejuízos acumulados da Companhia, nos termos da Proposta da Administração já divulgada, datada de 20 de dezembro de 2018.

Principais Variações no Resultado:

As principais variações das contas de Resultado foram impactadas pela consolidação da Apolo Tubulars S.A. a partir de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os comentários a seguir referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, dos exercícios findos em 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016. Valores expressos em milhares de reais, salvo se indicado de outra forma. Vale ressaltar que as operações da Companhia estão concentradas em suas Controladas, conforme segue abaixo.

SEGMENTO DE TUBOS DE AÇO

A produção acumulada de aço bruto no país em 2018 totalizou 34,7 milhões de toneladas, aumento de 1,1% em comparação a 2017. Já a produção de laminados somou 23,1 milhões de toneladas em 2018, representando um aumento 3,3% em relação ao ano anterior. Fonte: www.acobrasil.org.br

As siderúrgicas brasileiras, sob a justificativa de acompanhar o aumento dos custos de seus insumos e para ajustar seus níveis de rentabilidade, aumentaram seus preços de venda da bobina de aço laminado a quente, apresentando, na média, elevação de 16,4%. Fonte: INFOMET

Em 2018, o setor de construção civil teve uma retração de 2,5%, segundo informações do IBGE. Este setor representa o principal mercado da Apolo Tubos e Equipamentos S.A.

O mercado de tubos de aço soldado, segundo a ABITAM, permaneceu estável.

O segmento de Óleo e Gás onshore, principal setor de atuação da Apolo Tubulars S.A., vem sendo influenciado pelo programa de desinvestimento da Petrobras, que contempla campos terrestres.

A indústria de aço foi impactada pela aplicação das tarifas e cotas de importação existentes na Seção 232 do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, com reflexo no plano de exportações da Apolo Tubulars em 2018.

Desempenho Operacional da Apolo Tubos e Equipamentos e da Apolo Tubulars

Em dezembro de 2017 a Apolo Tubos passou a deter 100% do capital social da Apolo Tubulars. Desta forma, a partir desta data, os resultados da controlada passaram a ser consolidados nos resultados da Apolo Tubos, sua controladora. Com isso, os comparativos consolidados estão sendo prejudicados.

O volume consolidado de vendas em 2018 foi de 56.125 t. A Apolo Tubos vendeu 33.484 t em 2018, contra 29.159 toneladas em 2017, aumento de 14,8%. Já a Apolo Tubulars vendeu 22.641 t em 2018.

A receita líquida consolidada atingiu R\$ 275,6 milhões em 2018. A receita líquida da Apolo Tubos foi de R\$ 128,2 milhões em 2018, 22,8% superior à de 2017 de R\$ 104,4 milhões. A receita líquida da Apolo Tubulars foi de R\$ 147,5 milhões em 2018.

O EBITDA consolidado em 2018 foi de R\$ 23,7 milhões. O EBITDA da Apolo Tubos evoluiu de R\$ 4,0 milhões negativos em 2017 para R\$ 4,1 milhões positivos em 2018, acompanhando o aumento das vendas e receita. Já o EBITDA da Apolo Tubulars foi de R\$ 20,0 milhões em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O resultado líquido em 2018 foi prejuízo de R\$ 1,4 milhões, que representou incremento de R\$ 4,1 milhões quando comparado ao prejuízo de R\$ 5,5 milhões de 2017, desconsiderando o efeito não-recorrente da compra do controle da Apolo Tubulars naquele exercício.

SEGMENTO QUÍMICO

Em 2018, as vendas domésticas de painéis de madeira cresceram 2,9%, para 6,7 milhões de metros cúbicos. Com a América Latina como principal destino, as exportações aumentaram 4,2% no ano passado, para 1,3 milhão de metros cúbicos.

O mercado de painéis de compensados fenólicos também apresentou crescimento no mercado externo, principal destino da produção deste produto. Em 2018, comparado com 2017, houve um aumento de 10,3 % nas vendas de painéis fenólicos destinadas à exportação. O maior volume em 2018 refletiu positivamente para o resultado de US\$ 697 milhões do valor FOB (27,36 % superior à 2017). Fonte ABIMCI e MDIC.

DESEMPENHO OPERACIONAL DA GPC QUÍMICA

O negócio da GPC Química engloba a produção e venda de resinas e formol. A produção de resinas em 2018 apresentou crescimento de 7,7%, em relação a 2017. Já a produção de formol apresentou aumento de 0,7%,

O volume de vendas da unidade de resinas em 2018 foi de 321.629 t contra 300.200 t em 2017, crescimento de 7,1%.

A receita líquida da GPC Química aumentou 26,5% em 2018, tendo atingido R\$ 459,5 milhões contra R\$ 363,1 milhões em 2017.

O EBITDA subiu de R\$ 44,0 milhões em 2017 para R\$ 46,3 milhões em 2018 representando um aumento de 5,1%, impulsionado pelo aumento de vendas.

O Lucro Líquido foi reduzido de R\$ 38,5 milhões em 2017 para R\$ 14,7 milhões em 2018, uma diferença de R\$ 23,8 milhões ou 61,7%. Destes, R\$ 12,3 milhões estão relacionados a constituição de IRPJ e CSLL diferidos para utilização nos programas de refinanciamento tributário naquele exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não ocorreu e não existe previsão de ocorrência de introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participações societárias

Em 22 de dezembro de 2017, foi concluída a operação de aquisição das ações de emissão da Apolo Tubulars S.A. pertencentes à Lone Star Brazil Holdings 2 Ltda., pela própria Apolo Tubulars S.A., com o cumprimento de todas as condições precedentes à conclusão da referida operação. A partir da data mencionada, a Apolo Tubos e Equipamentos S.A. – em recuperação judicial, controlada da GPC Participações S.A., passa a deter 100% do capital social da Apolo Tubulars S.A.

c) Eventos e operações não usuais

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Lucro do exercício antes das participações minoritárias	7.557	114.455	57.957
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	13.280	(40.056)	51
(+) Despesas financeiras	35.971	46.161	71.340
(-) Receitas financeiras	(6.490)	(13.581)	(22.307)
(+) Depreciações e amortizações	14.896	11.895	9.572
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	65.214	118.874	116.613
(-) Equivalência patrimonial	(644)	(7.123)	(485)
Outras Receitas/Despesas não recorrentes			
(+) Ganho c/ Reversão Prov Bens benfica e Baixa Planta Metanol	-	-	(19.960)
(-) Ganho adequação novo Plano Recup.Judicial	-	-	(61.685)
(+) Pis e Cofins s/Ganho novo Plano Recup. Judicial	-	-	5.705
(+) Consolidação Refis Copa	-	-	508
(+) Multa sobre impostos	136	1.900	3.911
(-) Programas de parcelamentos	(683)	(7.960)	-
(+) Baixa Contas Patrimoniais	-	970	-
(-) Ajuste Líquido IPI não creditado	-	(259)	-
(-) Ganho Precatório	-	(772)	-
(+) Honorários RJ	-	1.325	-
(+) Multa Transf propriedade (benfica)	-	169	-
(+) Diferença Precatório MC Kinlay	-	176	-
(+) Provisão para contingências ref Plano Recup Judicial	-	-	11.147
(+) Provisão perda de Ativos	-	-	3.689
(-) Ganho venda Terreno	-	-	(15.249)
(+) Despesa aluguel terreno	-	-	1.271
(+) Honorários Plano Recuperação Judicial	798	-	-
(+) Pis e Cofins s/JSCP	-	555	-
(-) Compra vantajosa pela Apolo Tubos ref a Apolo Tubulars	-	(73.049)	-
(+) Líquido ajuste Guaxupe e Parcelamentos	901	-	-
(+) Processo Judicial	680	-	-
(+) Baixa Projeto Investimento	2.994	-	-
(+) Outros ajustes	1.432	74	(86)
LAJIDA (EBITDA) ajustado	70.828	34.879	45.379
LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas	9,63%	7,21%	10,36%

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Conforme quadro de despesas / receitas não recorrentes apresentado acima, destacamos o ganho pela implementação do Plano de Recuperação Judicial, o ganho pela adesão aos programas de parcelamentos, o ganho na venda de terreno e o ganho na compra vantajosa de recompra de ações.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

IFRS 9 - Financial Instruments (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trouxe impactos significativos para a Companhia, considerando que:

- No que se refere ao novo modelo de impairment para ativos financeiros, não houve aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou perdas nos investimentos mantidos ao custo amortizado.
- Em relação aos passivos financeiros, a nova norma somente afeta os passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificação essa não adotada pelo Grupo.
- O Grupo não adota a contabilidade de hedge.

IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes)

Essa nova norma trouxe os princípios para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida, sendo que a receita deve ser reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios.

Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituiu a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trouxe impactos significativos para a Companhia.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a GPC Participações S.A. em conjunto com suas controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos S.A. protocolou, em abril de 2013, pedido de recuperação judicial na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, sendo o pedido deferido em 27 de maio de 2013 e homologado em 11 de dezembro de 2013. O plano de recuperação judicial foi aditado por duas vezes, tendo a última prorrogação ocorrido em 18 de novembro de 2016, quando foi aprovada a não obrigatoriedade de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

alienação do terreno localizado na Av. Brasil, 3.666, Bairro Benfica, Rio de Janeiro – RJ (“UPI Terreno Benfica”) (Nota 8).

A Nota 1 às demonstrações contábeis menciona também as ações que vêm sendo tomadas pela Administração da Companhia com o objetivo de assegurar o cumprimento do plano de recuperação judicial.

A recuperação judicial indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Parágrafo de ênfase – Créditos a receber - Guaxupé

Conforme mencionado na Nota 7 às demonstrações contábeis, a Companhia adquiriu créditos financeiros oriundos do trânsito em julgado de ação de repetição indébita movida pela Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (“Guaxupé”) contra a União. Os créditos advêm de montantes indevidamente recolhidos pela Guaxupé referentes à extinta quota de contribuição sobre a exportação de café. Tendo em vista que o processo movido contra a União transitou em julgado e que, no entendimento da Administração, apoiada por seus assessores jurídicos, o recebimento é praticamente certo, a Companhia registrou um contas a receber no montante de R\$ 43.334 mil. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Parágrafo de ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado em Nota 17 às demonstrações contábeis, a Companhia realiza transações em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, o desempenho individual de suas operações e a sua posição patrimonial e financeira poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 27 de março de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Em 31/12/2018, a controlada Apolo Tubos e Equipamentos S.A. possuía R\$ 41.421 mil de saldo a constituir de imposto de renda e contribuição sobre lucro líquido diferidos não evidenciados em seu ativo nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

O saldo a constituir não evidenciado nas demonstrações financeiras da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. é referente a créditos de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social, relativo aos exercícios de 2016 e 2017 e 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A administração optou por não divulgar o Plano de Negócios da Companhia na sua íntegra, a fim de salvaguardar suas estratégias de negócios, apenas especificando a seguir os investimentos aprovados para o período 2018.

a) Investimentos

Foi apresentado ao Conselho de Administração da GPC Química, no âmbito no orçamento, os investimentos previstos, conforme quadro abaixo:

Valores em R\$ mil

INVESTIMENTO	2018
Expansão de Capacidade Produtiva	30.315
Incinerador Catalítico	2.500
Projeto SSMA	1.170
Outros Investimentos	4.470
Total	38.455

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Expansão de Capacidade Produtiva – ampliação de capacidade de produção de formol e resinas.

Incinerador Catalítico – investimento previsto para atender exigência ambiental.

Projetos SSMA – investimento em saúde, segurança e meio ambiente.

Outros Investimentos – demais investimentos aprovados pelo conselho da GPC Química.

ii) Fontes de Investimentos

A empresa pretende realizar seus investimentos com recursos advindos de sua operação e, possivelmente, de recursos de terceiros.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

A companhia permanece em seu processo de desinvestimento dos ativos da unidade descontinuada de metanol em Benfica, RJ.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos

A administração informa que analisa a possível expansão da capacidade produtiva para atender futuras necessidades de mercado.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

c) Novos produtos e serviços

A administração informa não haver planos de investimentos em novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores com influência relevante já foram comentados nos demais itens desta seção.